

Tudo o que você precisa saber sobre

Como Investir

na

Renda Fixa

S u n o R e s e a r c h

(SUNO)

© que esperar

Alternativa para investidores com maior foco em estabilidade e segurança, a Renda Fixa é uma excelente forma de investimento.

Neste eBook exclusivo você aprenderá mais sobre essa classe de investimentos e como usufruir dos seus benefícios.

01

Introdução

A renda fixa é a modalidade de investimento mais procurada por investidores cujo o foco é estabilidade e segurança. Por isso, esse também é um dos investimentos mais indicados para fazer uma reserva de emergência, por exemplo.

O nome “renda fixa” se dá justamente pelo fato de a modalidade permitir uma rentabilidade previsível. Ela pode ser fixada com um percentual definido no momento do contrato ou, ainda, seguir algum índice da economia como a taxa de Selic, o CDI ou a inflação, sendo o mais comum o CDI.

Como os demais investimentos disponíveis no mercado, a renda fixa também oferece uma diversificada gama de ativos com características distintas para cada perfil de investidor e objetivo.

Os títulos podem ser públicos, emitidos pelo Governo Federal, ou privados emitidos por bancos, financeiras ou empresas em geral. Cada um deles tem como intuito atrair investimentos para um setor determinado, por isso possuem diferentes rentabilidades, prazos de vencimento, taxações, entre outras especificidades.

02

O que é Renda Fixa?

Renda fixa é todo investimento que se propõe, ao final do prazo determinado, devolver ao investidor todo capital aplicado acrescido de juros derivados da remuneração do capital emprestado. Nesse sentido, os produtos de renda fixa, funcionam como o inverso do que acontece quando um indivíduo vai ao banco solicitar um empréstimo. Nesse caso, é ele quem, ao fazer um aplicação, empresta dinheiro para o emissor do título que pode, inclusive, ser um banco.

Em relação ao emissor, este pode ser o Estado, em casos de produtos como Títulos do Tesouro Direto. Nessa situação, os títulos são emitidos com a finalidade de financiar o déficit público. Portanto, os recursos captados são usados para fazer investimentos em áreas como saúde, educação, infraestrutura, entre outras.

Além disso, os títulos também podem ser emitidos por empresas privadas, como é o caso das Debêntures, LCI, LCA, CDB, entre outras. Com eles, as instituições financeiras usam o lastro financeiro para investir o capital levantado.

Sendo assim, os títulos de renda fixa, com suas diversas características, podem agradar os mais diversos tipos de investidores. Para os conservadores, que priorizam sempre a segurança, a renda fixa é uma excelente opção para proteger o patrimônio dado que têm risco menor do que outros produtos.

Já para os investidores mais arrojados, ela pode ser usada com a finalidade de diversificar uma carteira majoritariamente composta por ativos de renda variável.

Características da renda fixa

A renda fixa é bastante procurada no mercado por conta da sua capacidade de aliar segurança com uma rentabilidade maior que a poupança. Por isso, ela costuma atrair desde investidores iniciantes até os mais experientes no mercado. Algumas das principais características da renda fixa são:

- Segurança (na maioria dos casos com proteção do FGC)
- Isenção de Imposto de Renda
- Diversidade de prazos de vencimento
- Formas de Remuneração variadas

Segurança

A maior parte dos títulos de renda fixa, contam com garantia do FGC - o Fundo Garantidor de Crédito - para investimentos de até R\$ 250 mil por emissor e por CPF. Essa característica garante uma boa vantagem para o investimento, afinal, mesmo que emissor quebre e não tenha como cumprir com compromissos, o investidor ainda pode receber o seu dinheiro.

Isenção de Imposto de Renda

Existem alguns tipos de títulos de renda fixa que são isentos de imposto de renda e outros que seguem o padrão normal de taxaço para renda fixa.

Os títulos como CDBs, Debêntures e Títulos Públicos não são isentos. O IR para esses ativos é calculado sobre o lucro e pode variar entre 22,5% a 15%, dependendo do prazo de aplicação.

Outros títulos, no entanto, como LCIs, LCAs e Debêntures Incentivadas são livres IR.

Diversidade de prazos de vencimento

Um ponto importante sobre a renda fixa é o prazo de vencimento e liquidez. Em geral, alguns títulos, como o Tesouro Selic, possuem liquidez diária, enquanto outros, como CDBs e LCs, podem ter liquidez diária ou prazos mais longos. Esses prazos podem variar entre seis meses a cinco anos.

Já as LCIs e LCAs, em geral, não contam com liquidez imediata. Contudo, alguns desses títulos têm prazo entre 60 e 90 dias e depois disso passam a oferecer liquidez diária.

Por fim, produtos como as debêntures costumam oferecer prazos maiores, contudo esses investimentos podem ser negociados facilmente no mercado secundário, o que permite que o investidor possa resgatar seu dinheiro com mais facilidade.

É importante, ressaltar, contudo, que ao negociar seus ativos antes do prazo, o investidor fica sujeito às regras do mercado, o que pode comprometer sua rentabilidade.

Formas de remuneração variadas

Como sugere o nome, esse tipo de investimento possui uma rentabilidade previsível. Ela pode ser fixada no momento do contrato, ou pode variar de acordo com algum índice da economia, como a taxa de juros, inflação, CDI, ou outros. Em geral, o mais usado é o CDI.

Tanto o prazo quanto a forma de rendimento são definidos no momento da aplicação de acordo com a classe da renda fixa que pode ser:

- prefixada,
- pós-fixada, ou
- híbrida

Renda Fixa Prefixada

Os ativos prefixados têm a rentabilidade definida no momento do contrato. Ou seja, no dia da aplicação, o investidor sabe exatamente de quanto vai ser o seu retorno ao final do prazo estipulado. Um exemplo desse tipo de renda fixa é o Tesouro Prefixado (LTN).

A renda fixa prefixada pode ser mais interessante em cenários onde há tendência de queda nos juros. Vale destacar ainda, que esses títulos são mais negociados no mercado, por isso, têm seus preços definidos diariamente. Nesse contexto, o investidor pode ser beneficiar, pois quando a taxa de juros cai, os preços dos títulos se valorizam.

Renda Fixa Pós-fixada

A renda fixa pós-fixada, por sua vez, tem sua rentabilidade atrelada a algum indicador. Nesse caso, o investidor sabe no momento da aplicação quais são as taxas de remuneração, mas só conhece o retorno ao final do prazo, uma vez que a rentabilidade pode variar de acordo com o índice definido para o título.

No entanto, é possível fazer uma previsão da rentabilidade do investimento com base no tempo de aplicação e expectativas para o indexador.

Por fim, vale destacar que este tipo de produto é mais indicado quando existe uma tendência de alta para os juros da economia. Isso porque os títulos vão acompanhar o movimento e entregar maiores retornos.

Renda Fixa Híbrida

A renda fixa híbrida tem sua rentabilidade composta por uma parte fixa e outra parte variável. Por exemplo, ela pode oferecer 5% + CDI. Nesse caso, se a taxa DI aumentar, a rentabilidade sobe. O contrário também é verdadeiro.

03

Por que a Renda Fixa é melhor que a poupança?

A caderneta de poupança é, inegavelmente, a aplicação financeira mais popular e utilizada no Brasil, principalmente por ser reconhecida como um produto seguro e confiável.

Entretanto, poucas pessoas sabem que deixar seu dinheiro aplicado poupança não é nem de longe um bom negócio. Na realidade, devido a sua baixíssima rentabilidade, a poupança não pode mesmo nem ser considerada um investimento.

Atualmente, a poupança rende 70% da taxa SELIC (a taxa básica de juros da economia) mais a TR (Taxa Referencial) quando a SELIC for menor ou igual a 8,5% ao ano, ou 0,5% mais a TR quando a SELIC estiver acima de 8,5% ao ano.

Ou seja, na prática, a poupança acaba rendendo muito pouco em ambos os cenários. Dependendo da situação econômica do país, pode até ocorrer da poupança não conseguir sequer superar a inflação corrente do período. Nesse caso, o correntista estaria literalmente perdendo dinheiro ao manter seu dinheiro aplicado na caderneta.

Esse cenário fica ainda mais grave quando percebemos que existem uma variedade de investimentos em renda fixa que pagam 100% ou mais da taxa SELIC, com um nível de risco praticamente semelhante ao da poupança.

Logo, no final das contas, não faz sentido deixar o dinheiro parado na poupança quando existem opções como o Tesouro Direto um CDB, que são tão seguras quanto e que pagam bem melhor.

A diferença entre a Renda Fixa e a poupança pode até parecer pequena em um primeiro momento. Porém, a longo prazo, a rentabilidade a mais oferecida na Renda Fixa acaba fazendo uma grande diferença no retorno para o investidor.

04

Tipos de renda fixa

Agora que já falamos sobre o que é renda fixa e quais são suas principais características, vamos apresentar os principais produtos de renda fixa disponíveis no mercado para o investidor.

Basicamente, pode-se dizer que existem dois tipos principais de renda fixa: a renda fixa pública (emitida pelo Governo) e a renda fixa privada (emitida por instituições financeiras e empresas).

Renda fixa pública

A renda fixa pública engloba os títulos do Governo Federal, emitidos pelo Tesouro Nacional com o intuito de levantar capital para financiar gastos ou rolar dívidas. Em geral, esses são os investimentos em renda fixa mais procurados pelos investidores.

Ao comprar um título público, o investidor está emprestando dinheiro para o governo brasileiro com a promessa de receber no futuro o capital emprestado acrescido de juros.

Para facilitar o acesso dos cidadãos a esses títulos o Tesouro Nacional criou o Tesouro Direto. O programa foi desenvolvido para a venda de títulos públicos federais para pessoas físicas na internet. Além disso, é possível fazer aplicações a partir de R\$ 30 reais ou 1% do valor do título.

Em relação ao modelo de rentabilidade, os títulos públicos federais podem ser pós-fixados ou prefixados.

Os pós-fixados, como o Tesouro Selic, por exemplo, são mais indicados para investidores com objetivos de curto prazo.

Já os títulos pós-fixados como o Tesouro IPCA+ são mais interessantes para investidores com objetivos de longo prazo.

Os prefixados, por sua vez, são indicados para investidores que visam o médio prazo. Nesse caso, o investidor sabe exatamente quanto vai receber ao final da aplicação.

Entre as principais vantagens desses títulos estão:

- a liquidez;
- o baixo risco, já que os títulos são garantidos pelo Tesouro Nacional;
- e a boa relação de risco-retorno, já que em muitos casos os títulos de renda fixa pública oferecem rendimento acima dos principais índices da economia nacional.

Por outro lado, ao fazer aplicações nesses títulos, os investidores devem ficar atentos aos prazos de vencimento. Em muitos casos, é recomendável levar a aplicação até o vencimento do título, pois a venda anterior a data de vencimento pode gerar perda do capital aplicado em virtude das oscilações do mercado.

Por fim, em relação a tributação é importante dizer que os títulos do Tesouro seguem a tabela regressiva que é aplicada para quase todos os títulos de renda fixa, públicos ou privados.

Tabela de tributação:

Tabela Regressiva de Imposto de Renda	
Tempo de aplicação	Alíquota
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,5%
A partir de 721 dias	15%

Conheça alguns títulos de renda fixa pública:

- Tesouro Selic
- Tesouro Prefixado
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais
- Tesouro IPCA
- Tesouro IPCA com Juros Semestrais

Tesouro Selic

O Tesouro Selic é um título com rentabilidade diária atrelada à taxa básica de juros da economia, a Selic. Os juros da aplicação podem ser resgatados em um prazo determinado ou no vencimento do contrato. Esses títulos são indicados para investidores com maior nível de aversão ao risco, cujos objetivos estão no curto prazo.

Tesouro Prefixado

O Tesouro Prefixado, como o nome sugere, é um título cuja rentabilidade é conhecida no momento da aplicação. O pagamento do capital aplicado mais os juros é realizado ao final do contrato do título.

O Tesouro Prefixado é indicado em cenários em que a taxa prefixada é superior à Taxa Selic.

Tesouro Prefixado com Juros Semestrais

O Tesouro Prefixado com juros semestrais é muito semelhante ao produto anterior. Porém, nesse caso, os juros do capital emprestado pelo investidor são pagos a cada seis meses, e o resgate da aplicação inicial é realizada na data de vencimento do título.

Tesouro IPCA

O Tesouro IPCA é um título de renda fixa pública que tem a rentabilidade atrelada ao índice de inflação IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra. O resgate do valor nominal atualizado ocorre ao final do prazo do título.

Esse tipo de aplicação é mais indicado para investidores que buscam rentabilidade real e a principal vantagem é que o dinheiro é corrigido de acordo com a inflação vigente.

Tesouro IPCA com Juros Semestrais

Paralelamente ao Tesouro IPCA, o Tesouro IPCA com Juros Semestrais é um título cuja rentabilidade também está atrelada ao índice de inflação IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra. Contudo, nesse caso, os juros são pagos semestralmente enquanto o resgate do valor principal atualizado também ocorre ao final do prazo do título.

Renda fixa privada

Os títulos de renda fixa privada são emitidos por empresas e instituições financeiras com objetivo de captar dinheiro para financiarem suas atividades. Nesse sentido, o risco desses produtos está atrelado a capacidade da instituição emissora de cumprir com suas obrigações.

Em geral, instituições maiores oferecem menor risco aos investidores, ao passo que instituições menos consolidadas oferecem títulos mais arriscados. Porém, as pequenas instituições costumam compensar o risco oferecendo títulos com maior rentabilidade.

Os principais títulos de renda fixa privada disponíveis do mercado brasileiro são os seguintes:

- CDB - Certificado de Depósito Bancário
- LCI - Letras de Crédito Imobiliário
- LCA - Letras de Crédito do Agronegócio
- LC - Letras de Câmbio
- CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários
- CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio
- Debêntures
- Fundos de Renda Fixa

Certificado de Depósito Bancário (CDB)

Os CDBs, que podem ser prefixados ou pós-fixados, são títulos bastante conhecidos pelos investidores. Eles são emitidos pelos bancos com a finalidade de atrair capital para financiar suas próprias atividades, como o oferecimento de financiamentos, por exemplo. O banco emissor pode, ainda, usar os recursos captados para cumprir obrigações financeiras ou como capital de giro.

Os CDBs não têm prazo de vigência mínimo ou máximo estabelecido pela legislação, ficando a cargo do emissor defini-lo. As condições de liquidez também dependem do emissor. Alguns títulos contam com liquidez diária, outros têm um prazo de carência e depois passam a ter liquidez diária.

Por último, existem CDBs que só podem ser resgatados no vencimento do título. Nesses casos, é recomendado que o investidor faça uma boa análise antes de aplicar o capital, pois resgatar um título desse tipo antes da validade pode comprometer a rentabilidade da operação.

Em relação aos impostos, a alíquota praticada sobre a rentabilidade do investimento segue a tabela regressiva aplicada para quase todos os investimentos de renda fixa, como vimos no caso dos títulos públicos. Nesse caso, quanto maior o tempo de aplicação, menor a alíquota de imposto a ser paga.

Por fim, vale destacar que se o investidor permanecer com o CDB por um prazo maior do que 30 dias, não há cobrança de IOF. Além disso, os CDBs são títulos protegidos pelo FGC para aplicações de até R\$ 250 mil.

Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio (LCI/LCA)

As Letras de Créditos Imobiliário são títulos emitidos por bancos com o intuito de levantar capital para financiar investimentos no setor imobiliário. As LCIs são lastreadas em créditos imobiliários, garantidos por hipoteca ou alienação fiduciária.

Já as letras de Crédito do Agronegócio são títulos emitidos com a finalidade de captar recursos para investimentos no setor do agronegócios. Esses títulos são garantidos por ativos reais como café, soja, gado, ou outras mercadorias do setor.

Assim, como no caso do CDB, as LCIs e LCAs não têm prazo ou liquidez determinados pela regulamentação. Portanto, essas variáveis são definidas pelo emissor. As condições de rentabilidade também são definidas pelo banco que emitiu o título e são registradas em notas de negociações. Em geral, a rentabilidades deste tipo de produto é atrelada ao CDI e os prazos costumam ficar entre 90 e 360 dias.

Em relação aos impostos, vale destacar que as LCIs e LCAs são isentas de Imposto de Renda. Nesse sentido, esse pode ser um ativo interessante para pessoas físicas. Além disso, esses títulos possuem garantia do FGC para aplicações de até R\$ 250 mil o que aumenta a segurança da aplicação.

O investidor que detiver uma LCI ou LCA pode negociar seu título no mercado secundário. No entanto, esse tipo de negociação não é muito comum. Nesse sentido, a desvantagem desse título fica a cargo da sua baixa liquidez.

Ademais, mesmo que seja possível negociar o título, é recomendado que o investidor permaneça com a sua aplicação até o prazo determinado no contrato para não perder parte de sua rentabilidade.

Letras de Câmbio

Ao contrário do que pode sugerir o nome, as Letras de Câmbio nada tem a ver com variações nas cotações de moedas estrangeiras. Esses títulos, na verdade, são muito semelhantes aos CDBs, porém são emitidos por financeiras. As LCs são emitidas pelas instituições com a finalidade de captar recursos para financiamento de atividades comuns, como empréstimos para pessoas físicas e jurídicas.

A data de emissão e prazo de vencimento de uma LC fica a cargo de quem a emitiu. Contudo, é importante ressaltar, que esse tipo de investimento costuma ter prazos superiores a um ano. Portanto, são mais indicados para investidores que não precisa de muita liquidez.

Em relação aos impostos, a alíquota vigente sobre as Letras de Câmbio, também segue a tabela regressiva, como a do CDB. Nesse sentido, quanto maior o tempo de aplicação, menor a incidência de imposto de renda.

Por fim, é importante frisar que as LCs também possuem garantia do FGC para aplicações de até R\$ 250 mil por emissor e por CPF.

Debêntures

As Debêntures são títulos de dívida de médio e longo prazo emitidas pelas empresas com o intuito de captar recursos para financiarem suas atividades. Esses títulos oferecem aos detentores direito de crédito contra as empresas emitentes. Portanto, os investidores tornam-se credores da companhias.

Não há prazo mínimo ou máximo de aplicação definido pela legislação. Além disso, as Debêntures podem ser pós-fixadas ou prefixadas. Nesse sentido, todas as características incluindo as condições de remuneração e pagamentos das Debêntures são definidas pelas companhias e registradas na escritura de emissão.

Em geral, para títulos com prazo de até um ano, o pagamento é feito em uma parcela ao final do contrato. Porém, em caso de prazos maiores, as companhias costumam fazer amortizações parceladas ao longo do anos e pagamento de juros periódicos.

Algumas debêntures podem ser conversíveis em ações da companhia emissora ou títulos de outras empresas. As condições para a conversão também são definidas na escritura de emissão do título.

Em relação ao rendimento, é importante falar que o investimento em debêntures também estão sujeitos a impostos, cuja alíquota segue a tabela regressiva de impostos. Nesse sentido, quanto maior o tempo de aplicação, menor a incidência de impostos.

Porém, graças a política de incentivo fiscal à infraestrutura, concedida e 2011/2012, as Debêntures ligadas aos setores rodoviário, ferroviário, naval, logístico entre outros, são isentas de impostos de renda. São as chamadas Debêntures Incentivadas.

Por fim, a desvantagem do título fica a cargo do risco. As debêntures não possuem garantia do FGC e, por serem emitidas por empresas, estão sujeitos à riscos maiores do que outros títulos de renda fixa.

A parte boa, no entanto, é que as Debêntures podem ser negociadas no mercado secundário e, em geral, possuem bom nível de liquidez.

Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRI/CRA)

Os CRIs são títulos de crédito cuja finalidade de captar recursos para financiar transações do mercado imobiliário, semelhantes aos LCIs. Eles são emitidos exclusivamente por companhia securitizadoras de recebíveis imobiliários, que tem como finalidade principal permitir a antecipação de créditos futuros provenientes de rendas de imóveis.

Já os CRAs, que são títulos de crédito parecidos com os LCAs, são emitidos por companhias securitizadoras com o objetivo de financiar o setor agrícola. As emissões desses títulos partem originalmente de negócios feitos entre produtores agrícolas, cooperativas e/ou terceiros.

Esses negócios abrangem empréstimos, financiamentos, comercialização, industrialização ou beneficiamento de produtos, matéria-prima, máquinas e implementos usados na atividade agropecuária.

Ambos os títulos têm prazo, remuneração e liquidez definidos no contrato de securitização.

Normalmente, o pagamento do rendimento é feito periodicamente com a última parcela paga no dia do vencimento do contrato.

Vale ressaltar, no entanto, que esses títulos não contam com garantia do FGC e mesmo que o investidor queira vendê-los no mercado secundário pode encontrar dificuldade, já que os CRIs e CRAs não dispõem de muita liquidez.

Do lado positivo, é importante frisar que assim como os LCIs e LCAs, os CRIs e CRAs são títulos ligados a setores estratégicos na economia e, por isso, são isentos de Imposto de Renda.

Fundos de Renda Fixa

Os fundos de renda fixa, são os fundos de investimentos mais procurados pelos investidores. Eles recebem esse nome, pois, em geral, no mínimo, 80% de suas carteiras são compostas por ativos de renda fixa. Os outros 20% restantes do capital podem ser aplicados em derivativos.

O controle e alocação dos recursos é feita por um gestor profissional, cujo objetivo é, em geral, tentar trazer o máximo de lucro diante do menor risco. Por isso, a maior parte é aplicada em diversos ativos de renda fixa. Já a parte aplicada em derivativos tem como principal intuito tentar aumentar a rentabilidade em momentos em que renda fixa está em baixa.

Ao investir em fundos de renda fixa, o investidor compra cotas do fundo, proporcionalmente ao preço da cota e valor da aplicação. Com um única cota, o investidor passa a ter acesso a todos os ativos que compõem a carteira do fundo. Além da gestão profissional, essa é uma das maiores vantagens desse tipo de aplicação.

Cada um desses fundos, de acordo com o prazo, composição da carteira e finalidade, é classificado de uma maneira pela Comissão de Valores Mobiliários. Basicamente, eles podem ser divididos da seguinte forma:

- Simples
- Curto Prazo
- Longo Prazo
- Referenciado
- Crédito

Simples - Os fundos de renda fixa classificados como simples têm como objetivo oferecer aos investidores uma opção com baixo custo e pouco risco. Por isso, 95% da sua carteira é composta de títulos públicos ou de instituições com baixo risco de crédito. Nesse caso, o gestor não pode fazer grandes aplicações em títulos privados, tampouco alocar recursos em investimento no exterior. Esses fundos são bastante seguros, em contrapartida, não oferecem as maiores rentabilidades.

Curto Prazo - Os fundos de curto prazo têm carteira composta por títulos de baixo risco, com prazos de até 375 dias e prazo médio de, no máximo, 60 dias. Para compor a carteira, o gestor desse tipo de fundo só pode escolher títulos públicos ou privados prefixados ou atrelados à taxa Selic. Ou, ainda, títulos privados de instituições com baixo risco.

Os fundos de renda fixa de curto prazo são os menos arriscados, porém são os menos rentáveis da categoria.

Longo Prazo - Os fundos de longo prazo, ao contrário dos fundo de curto prazo, têm uma carteira com prazo médio de investimento superior a 365 dias. Diante disso, o gestor tem mais flexibilidade para escolher os ativos e controlar a carteira. Nesse casos, podem ser escolhidos ativos prefixados e pós-fixados, públicos ou privados.

Em relação aos fundos de curto prazo, os fundos de longo prazo oferecem um risco um pouco maior ao seus investidores. No entanto, eles também costumam oferecer rentabilidades maiores.

Referenciados - O objetivo do fundo referenciado é seguir de perto um índice de referência que pode ser, por exemplo, o CDI ou o IPCA. Para isso, o gestor do fundo aloca 95% dos recursos em ativos indexados ao índice que o fundo deve seguir. Esses fundos costumam ser mais seguros que os outros fundos de renda fixa.

Crédito Privado - Os fundos de renda fixa de crédito privado possuem uma carteira composta majoritariamente por títulos privados, pré e pós-fixados. Em geral, esses fundos assumem maior nível de risco, porém costumam oferecer maiores níveis de rentabilidade maior do que o CDI.

05

Para quem a renda fixa é indicada?

A títulos de renda fixa oferecem diversas vantagens que podem ser interessantes para os mais diferentes tipos de investidores. De modo geral, para quem está iniciando a vida no mundo dos investimentos, os títulos mais seguros podem ser uma boa opção de investimento, já que oferecem menor volatilidade.

Já para os mais experientes no mercado, esses títulos podem ser usados como uma forma de diversificar a carteira, garantindo maior estabilidade aos investimentos.

Entre as principais vantagens da renda fixa estão:

- Rentabilidade - o retorno das aplicações é estável e recorrente. Isso pode ser uma característica crucial para quem busca formação de patrimônio ou deseja viver de renda.
- Segurança - Uma grande parte dos títulos são garantidos pelo FGC, nesse sentido, caso emissor quebre, o investidor não perde o valor investido.
- Facilidade - As aplicações em renda fixa são acessíveis a todos os tipos de investidores. É possível aplicações em renda fixa a partir de R\$ 30.
- Diversificação - Os títulos são emitidos com a finalidade de captar recursos para os mais diversos setores da economia, incluindo setor imobiliário, setor de agronegócio, bancos ou outras empresas.
- Liquidez diária - Alguns títulos de renda fixa possuem liquidez diária, como é o caso do Tesouro Direto, alguns CDBs, LCIs e LCAs. Nesses casos, os títulos podem ser resgatados a qualquer momento, o que é ideal para quem quer usar esse tipo de investimento como reserva de emergência.
- Isenção - Alguns títulos como LCIs, LCAs, CRIs e CRAs são isentos de imposto de renda para pessoa física, o que pode aumentar a rentabilidade da aplicação.

Apesar das vantagens, os investidor deve estar atento a algumas desvantagens que esses investimentos podem oferecer como:

- Carência - alguns investimentos possuem prazo de carência, durante o qual os investidores ficam impossibilitados de fazer resgate do capital. Nesse caso, caso o investidor precisa resgatar o título há possibilidade de pagamento de multas previstas no contrato, o que pode comprometer a rentabilidade.
- Taxas - investimentos em renda fixa podem estar sujeitos a taxas e tributos. No caso, do Tesouro Direto, por exemplo, existe a incidência de Imposto de renda, IOF e taxa de custódia sobre os rendimentos. Contudo, isso não representa necessariamente desvantagem somente deste tipo de produto, já que essas cobranças são normais em qualquer investimento.

Nesse sentido, antes de fazer uma aplicação investidor deve analisar as vantagens e desvantagens do título para garantir a viabilidade da operação.



Como escolher a melhor aplicação em Renda Fixa?

Antes de escolher o título de renda fixa no qual quer fazer uma aplicação, o investidor deve considerar duas coisas: seu perfil de investidor e o nível de confiança do emissor do título.

É importante que o investidor escolha títulos que sejam adequados aos objetivos de vida, perfil de risco e necessidades de curto e longo prazo.

Se a intenção a intenção for fazer uma reserva de emergência, por exemplo, é interessante buscar por um título com maior liquidez, como o Tesouro Selic. Já se a ideia é fazer um investimento visando a aposentadoria, um CDB com prazo maior pode ser interessante, uma vez que com os juros compostos é possível acumular capital de maneira mais eficiente.

No entanto, a maior parte dos investimentos em renda fixa são conservadores, cuja função principal é ajudar a manter o patrimônio do investidor. Nesse caso, se o investidor possui um perfil mais arriscado, pode ser interessante aplicar parte do capital em ativos de renda variável, como ações na bolsa de valores, por exemplo.

Por fim, apesar da segurança que a renda fixa pode oferecer, é preciso estar atento para não complicar os investimentos. Analisar a confiabilidade do emissor do título, pode ser crucial para manter os investimentos saudáveis. Não vale a pena investir em instituições com grau especulativo ou que apresentam alto nível de possibilidade de falência.

07

Guia comparativo da Renda Fixa

Título	Aplicação Mínima	Tributação	Liquidez	Segurança
Tesouro Direto	R\$ 30,00	Regressiva (IR e IOF)	Alta (Liquidez diária)	Alta (Garantido pelo Governo)
CDB	R\$ 500,00	Regressiva (IR e IOF)	Alta (Liquidez diária em alguns casos)	Alta (Coberto pelo FGC)
LCI	R\$ 1000,00	Isenta para pessoas físicas	Baixa (Mínimo de 90 dias)	Alta (Coberto pelo FGC)
LCA	R\$ 5000,00	Isenta para pessoas físicas	Baixa (Mínimo de 90 dias)	Alta (Coberto pelo FGC)
Letra de Câmbio	Varia de acordo com o emissor	Regressiva (IR e IOF)	Baixa (Apenas no vencimento)	Alta (Coberto pelo FGC)
CRI	Varia de acordo com o emissor	Regressiva (IR e IOF)	Baixa (Apenas no vencimento)	Média (Depende do emissor)
CRA	Varia de acordo com o emissor	Regressiva (IR e IOF)	Baixa (Apenas no vencimento)	Média (Depende do emissor)
Debêntures	Varia de acordo com o emissor	Regressiva (IR e IOF)	Baixa (Apenas no vencimento)	Média (Depende do emissor)
Fundos de Renda Fixa	R\$ 100,00	Regressiva (Come-cotas e IOF)	Alta (Liquidez diária)	Alta ou média (Depende do fundo)



Conclusão

A renda fixa pode ser uma boa opção de investimento para todo tipo de investidor, sobretudo para quem está começando no mercado e deseja aumentar capital.

No entanto, antes de fazer uma aplicação o investidor deve estar atento sobre questões que incluem, remuneração do título, garantia, imposto de renda, prazo de vencimento e liquidez. Além disso, é importante estar ciente sobre as condições do emissor, seja o título garantido ou não pelo FGC.

Estudar sobre os títulos permite que o investidor consigo escolher aqueles que melhor se encaixam no seu perfil e objetivos de maneira que os investimentos sejam mais seguros e eficientes.

Obrigado



Acompanhe a Suno Nas Redes Sociais

